

Exercício
2025

Demonstrações
Financeiras





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025.

Conteúdo

Relatório da administração	2
Relatório dos auditores independentes	10

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial.....	13
Demonstração do resultado	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração do fluxo de caixa (método indireto)	17
Notas explicativas	18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Debenturistas, Partes Relacionadas e demais Stakeholders,

A Administração da Rota do Pará S.A. ("Companhia" ou "Rota do Pará") submete à apreciação das partes interessadas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

BLOCO I

PERFIL INSTITUCIONAL E CONTEXTO DA CONCESSÃO

1. A Rota do Pará — O Corredor do Desenvolvimento

A Rota do Pará S.A. é a concessionária responsável pela exploração, operação, manutenção e melhoria de 526 km de rodovias estaduais estratégicas no Estado do Pará, distribuídos em seis trechos: PA 150, PA 475, PA 252, PA 151, PA 483 e a Alça Viária Sul de Belém. O Contrato de Concessão foi firmado em 4 de setembro de 2023 com a ARCON-PA, pelo prazo de 30 anos contados de 1º de agosto de 2024, decorrente do Edital de Concessão nº 001/2023.

A malha concedida conecta os principais polos econômicos do Estado do Pará — cidades como Marabá, Barcarena, Tailândia, Moju, Jacundá, Breu Branco e Belém — ao Porto de Vila do Conde (Barcarena), principal escoadouro do agronegócio paraense, e à Região Metropolitana de Belém pela Alça Viária Sul. Essa posição estratégica no corredor logístico do Pará confere à concessão um perfil de demanda estrutural de longo prazo, vinculado à cadeia de exportação de commodities da região.

A concessão prevê investimento total superior a R\$ 3,2 bilhões ao longo de 30 anos, organizados em três ciclos:

Ciclo	Período e foco	Investimento / status	Entregas principais
Ciclo 1	2024–2025 Trabalhos iniciais e recuperação emergencial	R\$ 303 mi executados em 2025	Praças de pedágio (100%), bases operacionais, início da recuperação do pavimento
Ciclo 2	2026–2030 Restauração, 4G e ampliação	Parcela relevante dos R\$ 3,2 bi	246,8 km de acostamento, 29,7 km de 3ª faixa, 66,2 km de duplicação, 4G em 100% da malha
Ciclo 3	2031–2054 Manutenção e expansões	Saldo dos investimentos contratuais	Manutenção programada, novas interseções, viaduto, 52 alargamentos de OAE
Total	30 anos — Concessão pública estratégica	> R\$ 3,2 bilhões	58 interseções, 11 passarelas, 25 câmeras, SROI de 4,17×

Ao final da concessão, a Rota do Pará terá entregado 58 interseções e acessos melhorados, 29,7 km de terceiras faixas, 66,2 km de duplicações, 246,8 km de acostamento nos dois sentidos, 52 alargamentos de Obras de Arte Especiais, 25 câmeras de monitoramento e cobertura 4G em 100% da malha.

Ativo Intangível

R\$ 457mi

Concessão 30 anos

Receita Op. Líquida

R\$ 50,8mi

4–5 meses de operação

Receita de Pedágio

R\$ 58,3mi

Operação integral dez/2025

Capital Social

R\$ 24,5mi

4 aportes em 2025

2. Particularidades Operacionais — O que torna esta concessão única

A Rota do Pará opera em um ambiente com particularidades logísticas, climáticas e operacionais que distinguem materialmente esta concessão de rodovias no Centro-Sul do Brasil. Essas particularidades estão integralmente incorporadas ao plano de negócios, ao modelo financeiro das debêntures e às projeções de longo prazo. São fatores conhecidos, mapeados e gerenciados — não surpresas.

2.1 Sazonalidade climática — O Inverno Amazônico

A Região Metropolitana de Belém e o eixo PA 150 (Marabá–Belém) apresentam regime de chuvas intensas e prolongadas entre dezembro e maio — o inverno amazônico. Neste período, o volume de tráfego, especialmente de veículos de carga pesada, sofre redução significativa. O exercício de 2025 registrou receita de apenas 4–5 meses de operação, com dezembro — único mês de operação plena — já impactado pela sazonalidade adversa.

2.2 Logística regional — Porto, Agronegócio e Cadeias de Valor

O trecho PA 483, que conecta Barcarena ao sistema principal, e a Alça Viária Sul de Belém são eixos críticos para o escoamento da produção agroindustrial e mineral do interior paraense ao Porto de Vila do Conde. O volume de tráfego pesado nesses trechos é diretamente correlacionado ao ritmo de embarques portuários, às safras de soja, milho e dendê da região e à atividade da cadeia de alumínio de Barcarena. A maturação desse fluxo logístico ao longo de 2026 e 2027 — com operação plena e rodovia em condições progressivamente melhores — é o principal driver de crescimento da receita tarifária.

2.3 Fase de maturação do ativo concessionado

A operação integral foi iniciada em 13 de dezembro de 2025, com a entrada em funcionamento da oitava e última praça de pedágio. O exercício de 2025 não reflete um ano pleno de operação, nem o patamar de receita que o sistema alcançará quando estiver em regime. A confiança dos transportadores no padrão de manutenção da via é construída gradualmente — fator fundamental para a consolidação do tráfego de carga, que responde por maior receita unitária por axle.

BLOCO II

DESEMPENHO DO EXERCÍCIO 2025

3. Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

3.1 Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	Dez/25 (R\$ mil)	Dez/24 (R\$ mil) (Reapresentado)	Observação
ATIVO			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.377	96.961	Recursos disponíveis
Contas a Receber (Pedágio)	10.818	—	Cartão/cupom a vencer em 30 dias
Total Ativo Circulante	27.435	189.813	Fase pós-construção
Ativo Intangível — Concessão	457.488	172.251	CAPEX concessionado — R\$ 303 mi adicionados
Total Ativo	551.599	506.534	+26,7% — refluxo do CAPEX no intangível
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Debêntures — Circulante	444.431	8.012	Reclassificação contábil (covenant — NE 14)
Total Passivo Circulante	479.901	37.525	Reflexo da reclassificação normativa
Debêntures — Não Circulante	—	400.000	Pré-reclassificação
Patrimônio Líquido	19.089	(302)	Aportes de R\$ 24,5 mi + prejuízo de R\$ 5,2 mi
Total Passivo + PL	551.599	506.534	Equilíbrio confirmado

3.2 Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado	2025 (R\$ mil)	2024 (R\$ mil) (Reapresentado)	Observação
Receita Operacional Líquida (pedágio)	50.791	—	4–5 meses de operação efetiva
Receita de Construção (ICPC 01)	303.446	77.701	Contábil — reflexo do CAPEX no intangível
Lucro Bruto	23.670	(757)	Margem positiva já no exercício inaugural
Despesas gerais, administrativas e outras receitas e despesas operacionais.	(30.653)	(8.146)	Estrutura operacional em montagem
Resultado Financeiro Líquido	1.602	(20.484)	Despesas debêntures vs. rendimento aplicações
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.360)	—	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.589	—	Imposto de renda e contribuição social diferido
Prejuízo do exercício	(5.151)	(29.388)	Esperado — fase inaugural da concessão

O prejuízo líquido de R\$ 5.151 mil é decorrente da estrutura de custo de uma empresa em fase inaugural de operação, com despesas financeiras, despesas gerais e administrativas de montagem da estrutura operacional. Esse resultado está estritamente dentro do que o plano de negócios prevê para o primeiro exercício de operação de uma concessão rodoviária de grande porte.

A receita de construção de R\$ 303.446 mil — apresentada em conformidade com a ICPC 01 (R1) — não representa entrada de caixa, mas o reconhecimento contábil do CAPEX executado como ativo intangível. O ativo intangível de R\$ 457.488 mil ao final de 2025 é o repositório desse investimento e representa o principal ativo gerador de caixa do negócio pelos próximos 29 anos.

BLOCO III

AUDITORIA INDEPENDENTE — RECONHECIMENTO E RESPOSTA

4. Importância Estratégica da Auditoria pela Deloitte

A Rota do Pará escolheu a Deloitte Touche Tohmatsu como auditora para o exercício de 2025. Essa escolha é estratégica e deliberada. A Deloitte é uma das quatro maiores firmas de auditoria do mundo, com expertise consolidada em concessões de infraestrutura, contabilidade de concessões (ICPC 01), project finance e demonstrações financeiras em IFRS. A presença de uma firma global de primeiro nível é um sinal inequívoco de compromisso com a qualidade do reporte financeiro da Companhia junto a acionistas, debenturistas, poder concedente e mercado.

BLOCO IV

CONTINUIDADE OPERACIONAL

Avaliação da Continuidade Operacional

A Companhia foi constituída em agosto de 2023 e atua como concessionária de infraestrutura rodoviária, tendo assumido, em 2024, a concessão de aproximadamente 526 km de rodovias estaduais no Estado do Pará, com prazo de 30 anos.

O modelo econômico-financeiro da concessão é caracterizado por:

- ✓ elevada intensidade de capital na fase inicial (CAPEX relevante);
- ✓ geração de caixa operacional progressiva ao longo da maturação do ativo;
- ✓ dependência de financiamento estruturado (debêntures);
- ✓ remuneração baseada essencialmente em receitas tarifárias de pedágio.

Destaca-se que a Companhia entrou em operação integral apenas nos últimos 15 dias de 2025, o que caracteriza o exercício como período inicial de maturação operacional.

Em 31 de dezembro de 2025, conforme divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras houve quebra de covenants de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado constante na Escritura de Debêntures. A Administração está conduzindo, de forma ativa e tempestiva, o processo de obtenção do *waiver* junto aos debenturistas para a formalização da dispensa do *covenant* descumprido além também está discutindo aportes adicionais dos acionistas para manutenção das operações da Companhia. Até a data de emissão deste Relatório, não há declaração de vencimento antecipado por parte dos credores.

4.1 A curva de geração de caixa — Lógica do *project finance*

O fluxo de caixa negativo de 2025 é parte do desenho financeiro do projeto, não um desvio dele. O *project finance* de uma concessão rodoviária opera com a seguinte lógica: (i) capital captado nas debêntures financia o CAPEX; (ii) o CAPEX constrói o ativo intangível; (iii) o ativo intangível gera receita tarifária ao longo de 30 anos; (iv) a receita tarifária cresce progressivamente com a maturação do tráfego; (v) o serviço da dívida inicia apenas quando o projeto atinge maturação suficiente (2027).

A ROL de R\$ 60,7 milhões no 1T26 demonstra crescimento expressivo no primeiro trimestre de 2026 — após apenas um trimestre de operação plena — é a confirmação prática dessa lógica. A aceleração esperada no segundo semestre de 2026, com a estação seca e o primeiro ciclo completo de operação, reforçará progressivamente essa geração. A janela de maio de 2026, aproveitada para antecipar as obras de restauração da PA 150, é exemplo concreto da estratégia de maximizar o padrão da via durante a estiagem e colher os benefícios no tráfego do segundo semestre.

4.2 O ativo de concessão — 30 anos de valor a gerar

O ativo intangível de R\$ 457.488 mil, representa o direito de cobrar pedágio por 29 anos adicionais em um corredor logístico estratégico do Pará. Esse ativo foi construído com CAPEX executado com disciplina técnica e rigor contratual — o Ciclo 1 foi entregue dentro do prazo contratual, com todas as praças operacionais em dezembro de 2025. Trata-se de um ativo real, físico, funcionando, auditado e com valor econômico baseado em projeções de fluxo de caixa de longo prazo consistentes com o plano de negócios.

BLOCO V

PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E MELHORIAS

5. Comprometimentos Formais da Administração — Ações e Prazos

A Administração não se limita a reconhecer os apontamentos da auditoria — apresenta plano de ação concreto, com iniciativas específicas e compromissos formais perante acionistas, debenturistas e demais partes interessadas.

5.1 Controles de TI e reconhecimento de receita de pedágio

Revisão completa dos controles de acesso lógico, segregação de funções e rastreabilidade nos sistemas de arrecadação (vias manuais e automáticas) e contabilidade.

Implementação de reconciliações automáticas diárias entre os sistemas de arrecadação eletrônica, via tag e espécie, e o sistema contábil — com alerta para divergências acima dos limites de materialidade definidos.

Criação de procedimento interno mensal de revisão da receita, com participação do gestor operacional, controller e responsável pela TI, e reporte à Diretoria.

5.2 Gestão ativa de *covenants* — Protocolo formal

Apuração trimestral dos índices financeiros com antecedência de 60 dias das datas de verificação contratual, permitindo ação preventiva em caso de tendência desfavorável.

Linha de comunicação formal e periódica com o agente fiduciário, com reporte de indicadores operacionais e financeiros em base semestral.

5.3 Gestão do *Waiver* e Governança Contábil

Waiver das debêntures: processo em andamento junto aos debenturistas para formalização das condições de dispensa do *covenant* descumprido, com prazo definido e acompanhamento ativo pelo agente fiduciário. A Administração mantém diálogo contínuo e prestará informações tempestivas sobre a conclusão desse processo.

Aprimoramento dos Procedimentos Contábeis da Companhia com implementação de processo de fechamento contábil mensal e relatório de variações e conciliações.

BLOCO VI

PERSPECTIVAS E INFORMAÇÕES PARA O MERCADO

6. Perspectivas 2026 e Médio Prazo

As perspectivas da Rota do Pará para 2026 são fundamentadas em dados concretos já disponíveis e na lógica estrutural do negócio.

6.1 Crescimento da receita tarifária

A ROL de R\$ 60,7 milhões no 1T26 demonstra crescimento expressivo. O 2T26 deverá registrar aceleração, com o início da estação seca e o efeito das obras de restauração da PA 150 antecipadas para maio de 2026. O segundo semestre será o primeiro período de estação seca com operação plena e via em condições melhores — momento de maior conversão de tráfego em receita.

6.2 Conectividade 4G e ampliação de receitas acessórias

O Ciclo 2 prevê disponibilização de sinal 4G em toda a extensão das rodovias concedidas. Além do impacto social para comunidades lindeiras, esse investimento amplia a capacidade de controle de tráfego, suporte logístico em tempo real para frotas e atendimento de emergência — fatores que contribuem para a fidelização de usuários recorrentes e o Desconto de Usuário Frequentemente (DUF), programa de benefícios que já contempla descontos de até 50% para usuários TAG com 30 ou mais passagens mensais.

6.3 Posição no ecossistema de infraestrutura do Pará

O Pará concentra, no atual ciclo de investimentos do PAC e do Governo Estadual, projetos de infraestrutura produtiva — portuária, minerária, agroindustrial e logística — que dependem da malha concedida para escoamento da produção. A maturação desses projetos ao longo de 2026 e 2027 deverá impactar positivamente o tráfego nos trechos PA 483 e Alça Viária Sul de Belém. A Rota do Pará não é apenas uma concessão rodoviária — é infraestrutura crítica do modelo de desenvolvimento econômico do Estado.

7. Estrutura Societária e Informações Relevantes

O capital social de R\$ 54.543 mil em 31 de dezembro de 2025 está distribuído igualmente entre quatro acionistas estratégicos, cada um com 25%: OCI Investimentos Ltda., Conata Engenharia S.A., Infracon Engenharia e Comércio Ltda. e Vetor Participações e Concessões Ltda. A estrutura de consórcio entre empresas com capacidade técnica e financeira comprovada em engenharia e infraestrutura é um fator de solidez do projeto.

A distribuição de dividendos está condicionada à conclusão do *Completion* do Projeto e ao cumprimento das condições financeiras e não financeiras estabelecidas na Escritura de Debêntures. Esse compromisso protege os debenturistas e garante que os recursos gerados pela concessão sejam prioritariamente direcionados ao serviço da dívida e ao CAPEX contratual durante a fase de maturação.

8. Relacionamento com Auditores Independentes

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda — Salvador, BA — com relatório emitido em 30 de julho de 2026. Nenhum serviço adicional foi contratado junto à mesma firma durante o exercício. A política da Companhia veda a contratação simultânea de serviços de auditoria e consultoria pela mesma firma de auditores.

9. Declaração da Diretoria

Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, a diretoria da Rota do Pará S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. As informações prestadas neste Relatório da Administração são verdadeiras, consistentes e suficientes para uma avaliação adequada da situação econômica, financeira e operacional da Companhia.

A Diretoria reafirma, seu compromisso pleno com a transparência na divulgação das informações financeiras e operacionais da Companhia e com a diligência na condução de todas as responsabilidades a ela atribuídas. Está conduzindo, de forma deliberada e estruturada, um processo abrangente de reestruturação operacional e cultural da Companhia. Esse processo tem como objetivos centrais a consolidação de processos robustos e rastreáveis, o fortalecimento dos controles internos, a implantação de uma cultura organizacional orientada à responsabilidade por resultados e o desenvolvimento de uma governança compatível com as exigências de uma concessão pública de longo prazo e com os padrões esperados por credores e parceiros institucionais.

A Diretoria tem convicção de que a solidez dos fundamentos que está construindo — processos, controles, cultura e governança, condição necessária para que a eficiência operacional da Companhia se converta, de forma sustentável, no sucesso do projeto ao longo dos 29 anos restantes de concessão.

10. Considerações Finais

A Rota do Pará entrou em operação integral em dezembro de 2025. Em 13 meses de existência como concessionária operacional, a Companhia construiu R\$ 303 milhões em infraestrutura rodoviária, instalou oito praças de pedágio, estruturou cinco Bases de Serviço Operacional e um Centro de Controle Operacional, gerou mais de 3.000 empregos diretos e indiretos, iniciou a geração de receita tarifária e demonstrou, já no primeiro trimestre de 2026, geração de caixa operacional positiva. Isso é a entrega do Ciclo 1 — dentro do prazo contratual.

A Rota do Pará é uma concessão estratégica para o desenvolvimento do Estado do Pará. Seu modelo econômico-financeiro é sólido, sua equipe está operacional, sua infraestrutura foi entregue e seus credores confirmaram suporte. O que se apresenta é o início de uma operação de 30 anos — e os indicadores disponíveis confirmam que esse início está alinhado ao plano.

Agradecimentos

A Administração agradece aos acionistas pelo comprometimento ativo com o projeto, aos debenturistas pela confiança e pela parceria construtiva no processo em curso, ao Poder Concedente — ARCON-PA e SETRAN — pela parceria institucional, responsável pela entrega deste projeto com segurança, qualidade e no prazo contratual.

Belém, 30 de julho de 2026.

A administração
Rota do Pará S.A
CNPJ: 51.715.500/0001-40

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Rota do Pará S.A.
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rota do Pará S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rota do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1.2 e 14 às demonstrações financeiras, que descreve que, na data base e subsequentemente à data base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas de vencimento antecipado da escritura de debêntures e, em decorrência deste fato, a Companhia reclassificou todo o passivo não circulante das debêntures para o passivo circulante e este instrumento financeiro pode ser exigido no curto prazo, a critério exclusivo e unilateral dos credores das debêntures. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$452.466 mil. Os planos da Administração com relação a esse assunto estão descritos nas referidas notas. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Ênfase

Chamamos atenção à nota explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para correção de erro e refletir os assuntos descritos na referida nota explicativa, conforme CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em 11 de junho de 2026, emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com modificação sobre os valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto, contida em nosso relatório anteriormente emitido, não é mais necessária e, portanto, nosso novo relatório, que substituiu o anterior, não contém modificação em relação a este assunto. Esse relatório de auditoria, emitido nessa data, substitui o relatório

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

A auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e respectivos saldos iniciais, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 3.g, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 31 de março de 2025. Os ajustes descritos na nota explicativa 3.g não foram auditados ou revisados por outro auditor e não foram auditados ou revisados por nós. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e respectivos saldos iniciais e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e respectivos saldos iniciais.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 31 de julho de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Jonas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

ROTA DO PARÁ S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024
			(Reapresentado)	(Reapresentado)			(Reapresentado)	(Reapresentado)	
ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.377	96.961	2.154	Fornecedores	9	17.644	5.324	111
Aplicações Financeiras		-	90.000	-	Debêntures	14	444.431	8.012	-
Contas a receber	5	10.818	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	24	6.484	23.072	-
Adiantamentos a fornecedores		1.850	354	-	Outorga da concessão a pagar	12	2.373	-	-
Tributos a recuperar	6	7.454	1.162	-	Obrigações tributárias	10	4.742	774	15
Despesas antecipadas		1.897	1.336	-	Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.688	342	-
Outros ativos		39	-	-	Outros passivos		1.539	1	-
Total do ativo circulante		27.435	189.813	2.154	Total do passivo circulante		479.901	37.525	126
					NÃO CIRCULANTE				
NÃO CIRCULANTE					Provisões para Investimento e manutenção	13	52.178	69.311	64.481
Aplicações Financeiras	4	63.417	143.821	-	Provisões para passivos contingentes		430	-	-
Impostos diferidos	24	1.589	-	-	Debêntures	14	-	400.000	-
Despesas antecipadas		54	389	335	Total do passivo não circulante		52.608	469.311	64.481
Imobilizado	7	1.615	260	-					
Intangível	8	457.488	172.251	81.186	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16			
Total do ativo não circulante		524.164	316.721	81.521	Capital social		54.543	30.001	17.050
					Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	2.933
					Lucro (prejuízo) acumulados		(35.453)	(30.303)	(915)
							19.090	(302)	19.068
TOTAL DO ATIVO		551.599	506.534	83.675	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		551.599	506.534	83.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROTA DO PARÁ S.A.DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2025	2024 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	50.791	-
Receita de construção	17	303.446	77.701
(-) Custo da prestação de serviço	18	(27.120)	(757)
(-) Custo de construção	18	(303.446)	(77.701)
Lucro (prejuízo) bruto		23.670	(757)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(30.653)	(7.916)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(230)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		(6.983)	(8.146)
RESULTADO FINANCEIRO	21		
Receitas financeiras		5.814	3.288
Despesas financeiras		(4.212)	(23.772)
Resultado financeiro		1.602	(20.484)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5.381)	(29.388)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	(1.360)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24	1.589	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(5.151)	(29.388)
Média ponderada de ações totais em circulação (milhares)		4.167.107	3.000.111
Prejuízo básico e diluído por ação (em Reais)		(0,0012)	(0,0098)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROTA DO PARÁ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
		(Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(5.151)	(29.388)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(5.151)</u>	<u>(29.388)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROTA DO PARÁ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucos (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Reapresentado)		17.050	2.933	(915)	19.068
Aumento de capital		12.951	(2.933)	-	10.018
Prejuízo do exercício		-	-	(29.388)	(29.388)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Reapresentado)		30.001	-	(30.303)	(302)
Aumento de capital	16.c	24.542	-	-	24.542
Prejuízo do exercício		-	-	(5.151)	(5.151)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		54.543	-	(35.454)	19.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROTA DO PARÁ S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			(Reapresentado)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(5.151)	(29.388)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Constituição de provisão para manutenção e contingências		834	-
Variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos		(5.814)	23.072
Imposto de renda corrente		1.360	-
Impostos diferidos	23	(1.589)	-
Depreciação e amortização	18.a)	5.359	757
(Aumento) redução de ativos:			
Contas a receber		(10.818)	-
Despesas antecipadas		(266)	(1.391)
Tributos a recuperar		(6.292)	(1.162)
Adiantamentos a fornecedor		-	(354)
Outros ativos		(1.497)	-
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores		12.319	5.213
Obrigações trabalhistas		2.346	342
Obrigações tributárias		5.868	761
Outorga da concessão a pagar		2.373	-
Outros passivos		1.541	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		572	(2.150)
Juros pagos	14	(20.472)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.260)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(23.160)	(2.150)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Adições ao imobilizado		(1.467)	(260)
Adições ao intangível		(277.763)	(69.781)
Aplicações financeiras		198.493	(233.821)
Adiantamento a fornecedor Intangível		(1.455)	(9.199)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(82.192)	(313.061)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de capital	16.c)	24.542	10.018
Captação de debêntures		-	400.000
Pagamentos na liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(10.775)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		13.767	410.018
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(91.585)	94.807
Saldo de caixa e no equivalentes de caixa no início do exercício		96.961	2.154
Saldo de caixa e no equivalentes de caixa no fim do exercício		5.377	96.961
		-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(91.585)	94.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROTA DO PARÁ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rota do Pará S.A. (“Companhia”) está registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 51.715.500/0001-40, com Inscrição de Registro de Empresas (NIRE) nº 15300021049 com data de abertura em agosto de 2023. A Companhia está sediada na Cidade de Belém (PA), sendo a matriz na sede à Travessa Quintino Bocaiuva, 2.301, sala 1.702 - Cremação - Belém/PA.

A Companhia foi vencedora do Contrato de Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, gestão da segurança rodoviária e manutenção do nível de serviço de trechos de rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará, por um prazo de 30 anos de 526 km (“Contrato de Concessão”). Os trechos são:

- i) PA 150 - Trecho: Morada Nova - Goianésia do Pará - e Entr. PA 475/256 com extensão 333,00 km.
- ii) PA 475, Trecho: Entr. PA 150/256 - Entr. PA 252 com extensão 41,60 km. iii) PA 252, Trecho: Entr. PA 475 - Entr. PA 151/252 com extensão 42,30 km. iv) PA 151, Trecho Entr. PA 252 - Entr. PA 483/Alça Viária com 21,50 km.
- iii) PA 483, Trecho: Acesso Área Portuária Vila do Conde (Barcarena) - Entr. PA 151/Alça Viária com extensão 18,60 km.
- iv) Alça Viária Sul de Belém, Entr. PA 151/483 - Entr. BR 316/010 com extensão 69,40 km.

As obras referentes às praças de pedágio e aos demais investimentos obrigatórios do contrato de concessão foram finalizados entre agosto e dezembro de 2025. A Companhia iniciou a operação parcial com quatro praças, correspondendo a 50% da operação prevista. Com a conclusão das demais praças em 13 de dezembro de 2025, passou a operar integralmente o sistema.

1.1. Contrato de concessão

Em 4 de setembro de 2023, a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON-PA (“ARCON” ou “Poder Concedente”) assinaram o Contrato de Concessão de exploração da Infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade, gestão de segurança rodoviária e manutenção do nível de serviço de 6 (seis) trechos do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará, conforme descrito no tópico acima, decorrente do Edital de concessão nº 001/2023, com o período correspondente a 30 anos.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração rodoviária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do subsistema rodoviário.

Adicionalmente, conforme cláusula 2.2 do Contrato de Concessão a Companhia deve ao poder concedente em razão da concessão dos serviços dessa concessão:

- a) Outorga fixa no valor de R\$10.000 (data-base abril de 2022) que atualizado para a data de pagamento alcançou o montante de R\$10.447 e que foi reconhecido no ativo intangível (vide nota 8).

- b) Outorga variável no percentual de 4% sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão) sendo que 2% serão depositados em conta vinculada e 2% serão pagos ao Poder Concedente.

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de pedágio e receitas acessórias.

1.2. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia descumpriu o “covenant” financeiro Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $\leq 2,5x$ previsto na Cláusula 6.1.2, item “u”, da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures (“Debêntures”), ver nota explicativa nº 14, uma vez que o EBITDA Ajustado do exercício foi negativo - refletindo, substancialmente, o descasamento entre a data contratual de apuração e o início da operação integral das oito praças de pedágio, em 13 de dezembro de 2025. Além desse descumprimento também foi descumprido 2 outras cláusulas contratuais de vencimento não-automático e não-financeiro das Debêntures, conforme divulgado na nota explicativa nº 14, em decorrência da não disponibilização das demonstrações financeiras anuais e intermediárias, subsequentemente a data base das demonstrações financeiras, em prazo estipulado no contrato. Por não possuir, nas datas dos balanços, direito incondicional de diferir a liquidação da dívida por no mínimo 12 meses, o saldo integral das debêntures foi classificado no passivo circulante no montante de R\$444.431, conforme item 74 do CPC 26 (R1). Essa reclassificação é o principal fator do capital circulante líquido negativo de R\$452.466 em 31 de dezembro de 2025. O descumprimento constitui hipótese de vencimento antecipado não automático das debêntures, dependente de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”). Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, nenhuma AGD havia sido convocada com essa finalidade, nenhuma notificação havia sido emitida ou recebida pela Companhia ou pelo Agente Fiduciário, e o “waiver” permanece em negociação com o debenturista, sem formalização. As debêntures podem ser exigidas no curto prazo, a critério exclusivo e unilateral dos credores das debêntures.

Adicionalmente, a partir de 18 de março de 2026, a cobrança de pedágio nas Praças 1 a 5 foi suspensa por determinação do Poder Concedente (Ofício nº 208/2026 – GAB/SEINFRA), com retomada progressiva ao longo do segundo trimestre e restabelecimento integral em 28 de junho de 2026 (Ofício nº 473/2026 – GAB/SEINFRA), configurando hipótese adicional de vencimento antecipado não automático (Cláusula 6.1.2, item “jj”), cuja deliberação, suspensa na AGD de 19 de maio de 2026, permanece pendente de conclusão formal (Nota 26 – Eventos subsequentes).

Dessa forma, a obtenção de “waiver” para esses eventos de vencimento antecipado não automático não cumpridos pela Companhia depende de deliberação dos debenturistas a qual não está sob controle da Administração da Companhia.

A Administração vem implementando medidas para endereçar esses eventos e condições: (i) negociação do “waiver” e readequação prospectiva do cronograma do “covenant” - cujo limite se reduz contratualmente para 2,0x na apuração futura de 31 de dezembro de 2026 mas que, conforme as projeções, poderá permanecer acima do limite em razão do estágio de maturação da concessão; (ii) reperfilamento do serviço da dívida pelo 5º Aditamento à Escritura ocorrida em 12 de fevereiro de 2026, com a incorporação ao principal dos juros de 15 de dezembro de 2026; e (iii) suporte de capital dos acionistas formalizado no *Instrumento Particular de Compromisso de Aporte e Outras Avenças* que determina, além de outros temas, o aporte de recursos dos acionistas para arcar com eventuais sobrecustos que venha a ser apurado por engenheiro independente durante a implantação e manutenção do projeto rodoviário, e evidenciado pelo aumento de capital de R\$10.000 (janeiro/2026) e por aporte adicional de R\$5.425 realizado no primeiro semestre de 2026 (Nota 26).

Com base nos planos em execução, no desempenho operacional corrente e nas projeções de fluxo de caixa, a Administração concluiu que a utilização do pressuposto de continuidade operacional é apropriada.

Em síntese, os principais planos da Administração da Companhia para a debentures, cujo covenants financeiros não foram atendidos e pode ser exigido pelo credor no curto prazo, que são: i) obtenção de waiver dos debenturistas; ii) renegociação das cláusulas de vencimento antecipado atreladas a índices financeiros, com objetivo de refletir o atual cenário de operação da Companhia. Em adição, eventuais aportes podem ser necessários para cumprimento das obrigações assumidas da concessão, e iii) aporte dos acionistas para suprir as projeções de caixa operacionais atuais da Companhia. Estas ações, neste momento, não estão sob o controle da administração da Companhia e depende de deliberação de sócios ou dos debenturistas.

Não obstante os planos e fatores descritos, considerando que as duas principais ações do plano da Administração da Companhia para a manutenção de sua continuidade operacional, (i) obtenção de “waiver” dos debenturistas; (ii) renegociação das cláusulas de vencimento antecipado atreladas a índices financeiros e (iii) aportes adicionais dos acionistas para suprir as necessidades de caixa operacionais da Companhia nos próximos 12 meses não estão sob o controle da Administração da Companhia e depende de deliberação de sócios e dos debenturistas, esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Estas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos, ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos caso a Companhia não fosse capaz de continuar em operação.

Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Com base nos planos em execução, no desempenho operacional corrente e nas projeções de fluxo de caixa, a Administração concluiu que a utilização do pressuposto de continuidade operacional é apropriada.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, que contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes para refletir os possíveis efeitos futuros sobre a recuperabilidade e a classificação de ativos ou sobre os valores e classificações de passivos que possam resultar da incerteza relacionada à capacidade da Companhia de continuar operando normalmente.

1.3. Reforma tributária

Em janeiro de 2025, foi sancionado o Projeto de Lei (PLP) 68/2024, que estabelece a primeira Lei Complementar da Reforma Tributária (Lei nº 214/2025), criando os tributos CBS, IBS e IS, e promovendo alterações significativas na legislação tributária vigente. A referida lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026, com períodos operacionais de testes no quarto trimestre de 2025 e com regras de transição até 2033 e regulamentações que serão detalhadas por meio de novas leis ao longo de ano de 2025.

Um dos principais impactos desta Lei para a Empresa é a transição para o regime de não cumulatividade de impostos sobre a receita, o que permitirá à Empresa tomar créditos dos tributos incidentes nas aquisições de mercadorias e serviços, hoje restritos aos créditos de armazenagem, fretes operacionais, energia elétrica e aluguéis. Para avaliar todos os reflexos da Reforma Tributária, a Empresa constituiu um grupo técnico multidisciplinar entre seus colaboradores, com o objetivo de analisar os efeitos fiscais sobre custos, despesas, precificação, operações, sistemas e estrutura organizacional. Este grupo busca, além de garantir a conformidade com a nova legislação, identificar oportunidades de otimização estratégica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras aprovadas pela administração da Companhia em 30 de julho de 2026.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo através do resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando os investimentos em dois grupos:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura conforme mencionado na nota explicativa nº 20.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão.

(ii) Estimativas

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 25.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais e/ou diferenças temporárias não utilizados. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos a Companhia avalia se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais descritas, exceto as informadas nos ajustes de exercícios anteriores, têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Reconhecimento da receita

i. Receitas de serviços prestados

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços

ii. Receitas de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47- Receita de Contrato com Cliente. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a receita e custo de construção representam o montante de R\$303.446 (nula em 31 de dezembro de 2024).

b) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor justo (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “impairment” (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e “impairment”, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “impairment”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o “impairment” são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras - Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

d) Ativos intangíveis

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando para manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a SETRAN - Secretaria de Estado de Transportes do Pará, a ARCON-PA - Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com o OCPC 05 - item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

Para os bens não vinculados à concessão, o OCPC 05 - item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

e) Teste de “impairment” (Redução ao valor recuperável de ativos)

Em atendimento às disposições das normas contábeis vigentes, especialmente o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia avaliou, na data-base de 31 de dezembro de 2025, a recuperabilidade (de seus ativos não financeiros, em especial o ativo intangível representativo do direito de exploração da concessão).

Para fins de teste de recuperabilidade, a Companhia definiu como Unidade Geradora de Caixa (UGC) o conjunto integrado de ativos relacionados à concessão rodoviária da Rota do Pará, uma vez que:

- Os fluxos de caixa são gerados de forma conjunta e interdependente.
- Não é possível identificar entradas de caixa independentes por ativo individual.
- A concessão constitui um único contrato econômico-financeiro.

Na data-base, a Administração avaliou a existência de indicadores internos e externos de “impairment”, nos termos do CPC 01, incluindo:

- Expectativas de desempenho operacional;
- Condições de mercado;
- Taxas de crescimento compatíveis com o segmento de atuação;
- Taxa de desconto que reflète o custo médio ponderado de capital (WACC) ajustado aos riscos específicos dos ativos.
- Início recente da operação integral (dezembro de 2025);
- Projeções de fluxo de caixa ao longo do prazo remanescente da concessão;
- Receitas futuras estimadas com base no tráfego projetado e tarifas contratuais;
- Custos operacionais, investimentos e obrigações contratuais;

Tais fatores foram considerados compatíveis com a fase inicial de maturação do ativo de concessão, não sendo, isoladamente, conclusivos quanto à perda de valor recuperável.

Com base nas melhores estimativas disponíveis na data da avaliação, a Companhia concluiu que: O valor recuperável do ativo gerador de caixa é superior ao seu valor contábil em 31 de dezembro de 2025, não sendo necessária a constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável “impairment”.

A Administração revisará periodicamente as premissas utilizadas no teste de “impairment”, especialmente diante de mudanças relevantes no ambiente econômico, operacional ou regulatório que possam impactar a recuperabilidade dos ativos.

f) Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Como não há fatores diluidores, o lucro por ação básico e diluído são iguais.

Após a aprovação para emissão das demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2025 na data de 11 de junho de 2026 a Administração identificou necessidade de divulgação adicional com mais detalhes na nota explicativa de continuidade operacional nº 1.2, com reflexos nas notas explicativas nºs 14 e 26, assim como alterações em determinados números da demonstração do fluxo de caixa e nas divulgações constantes no relatório da Administração que estão sendo reapresentados nestas demonstrações financeiras aprovadas em 30 de julho de 2026.

g) Reapresentação das informações financeiras comparativas relativas a 31 de dezembro de 2025

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo reapresentadas para:

- (1) Correção das divulgações em nota explicativa sobre a avaliação de continuidade operacional, destacando-se a avaliação e conclusão da Administração da existência de eventos ou condições que indicam incerteza relevante que podem levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia em decorrência de, principalmente, o não atendimento de covenants financeiros das debêntures, que resultou em um capital circulante líquido negativo significativo, conforme descrito nas notas explicativas 1.2 e 14, que foram alteradas para refletir tal fato.
- (2) Reapresentação dos valores correspondentes e respectivos saldos iniciais, para correção de erros e inclusão dos impactos dos seguintes ajustes, conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: (i) receitas financeiras não capitalizadas no seu ativo intangível no montante de R\$7.761; (ii) reclassificação de adiantamento a fornecedores anteriormente classificado separadamente no ativo circulante para o ativo intangível no montante de R\$9.199; (iii) despesas de juros sobre as debêntures não reconhecidos no intangível no montante total de R\$8.012; (iv) reclassificação de caixa e equivalentes para aplicação financeira no montante de R\$233.821; (v) reconhecimento da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de R\$23.072; (vi) reconhecimento da amortização da provisão para investimento no valor de R\$757; (vii) reconhecimento da provisão para investimento no valor de R\$69.311 (R\$64.481 em 1º de janeiro de 2024); e (viii) reconhecimento da receita e custo de construção no montante de R\$77.701. Os impactos nas demonstrações financeiras são como seguem:

Balanços patrimoniais

	31/12/2024				1/1/2024			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Referência	(Reapresentado)	Anteriormente apresentado	Ajustes	Referência	(Reapresentado)
ATIVO								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	330.782	(233.821)	(iv)	96.961	2.154	-		2.154
Aplicações financeiras	-	90.000	(iv)	90.000	-	-		-
Adiantamentos a fornecedores	9.553	(9.199)	(ii)	354	-	-		-
Outros ativos circulantes	2.498	-		2.498	-	-		-
Total do ativo circulante	342.833	(153.020)		189.813	2.154	-		2.154
NÃO CIRCULANTE								
Aplicações financeiras	-	143.821	(iv)	143.821	-	-		-
Intangível	94.247	78.004	(i) (ii) (iii) (vi) (vii)	172.251	16.705	64.481	(vii)	81.186
Outros ativos não circulantes	649	-		649	335	-		335
Total do ativo não circulante	94.896	221.825		316.721	17.040	64.481		81.521
TOTAL DO ATIVO	437.729	68.805		506.534	19.194	64.481		83.675

	31/12/2024				1/1/2024			
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Referência	(Reapresentado)	Anteriormente apresentado	Ajuste	Referência	(Reapresentado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Circulante								
Debêntures	-	8.012	(iii)	8.012	-	-		-
Instrumentos financeiros derivativos	-	23.072	(v)	23.072	-	-		-
Outros passivos circulantes	6.440	-		6.440	126	-		126
Total do passivo circulante	6.440	31.084		37.524	126	-		126
NÃO CIRCULANTE								
Provisões para Investimento e manutenção	-	69.311	(vii)	69.311	-	64.481	(vii)	64.481
Outros passivos não circulantes	400.000	-		400.000	-	-		-
Total do passivo não circulante	400.000	69.311		469.311	-	64.481		64.481
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	30.001			30.001	17.050	-		17.050
Lucro (prejuízo) acumulados	1.288	(31.590)		(30.302)	(915)	-		(915)
	31.289	(31.590)		(301)	19.068	-		19.068
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	437.729	68.805		506.534	19.194	64.481		83.675

Demonstrações do Resultado

	31/12/2024			
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Referência	(Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
Receita de construção	-	77.701	(viii)	77.701
(-) Custo da prestação de serviço	-	(757)	(vi)	(757)
(-) Custo de construção	-	(77.701)	(viii)	(77.701)
Lucro bruto	-	(757)		(757)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	(7.916)	-		(7.916)
Outras (receitas /despesas) operacionais	(230)	-		(230)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro	(8.146)	-		(8.146)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS				
Receitas financeiras	11.049	(7.761)	(i)	3.288
Despesas financeiras	(700)	(23.072)	(v)	(23.772)
Resultado financeiro	10.349	(30.833)		(20.484)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.202	(31.590)		(29.388)
Média ponderada de ações totais em circulação (milhares)	3.000.111	-		3.000.111
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação (em Reais)	0,0007	-		(0,0098)

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2024		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	(Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.202	(31.590)	(29.388)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	2.202	(31.590)	(29.388)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	17.050	2.933	(915)	19.068
Integralização de capital social	12.951	-	-	12.951
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(2.933)	-	(2.933)
Lucro do exercício anteriormente apresentado	-	-	2.204	2.204
Ajustes de reapresentação	-	-	(31.590)	(31.590)
Prejuízo do exercício reapresentado	-	-	(29.388)	(29.388)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Reapresentado)	30.001	-	(30.303)	(302)

Demonstração dos fluxos de caixa

	31/12/2024		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	(Reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.202	(31.590)	(29.388)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	-	23.072	23.072
Depreciação e amortização	-	757	757
(Aumento) redução de ativos:			
Adiantamentos a fornecedor	(9.553)	9.199	(354)
Outros itens das atividades de fluxo de caixa operacionais	3.763	-	3.763
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(3.588)	1.438	(2.150)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações financeiras	-	(233.821)	(233.821)
Adiantamento a fornecedor Intangível	-	(9.199)	(9.199)
Adição ao intangível	(77.542)	7.761	(69.781)
Outros itens das atividades de fluxo de caixa de investimento	(260)	-	(260)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(77.802)	(235.259)	(313.061)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Outros itens das atividades de fluxo de caixa de financiamento	410.018	-	410.018
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	410.018	-	410.018
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	328.970	-	94.807
Saldo de caixa e nos equivalentes de caixa no início do exercício	2.154	-	2.154
Saldo de caixa e nos equivalentes de caixa no final do exercício	330.782	(233.821)	96.961
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	328.628	(233.821)	94.807

4. CAIXA, EQUIVALENTE DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição da conta de caixa e equivalente de caixa é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Caixa	468	5
Aplicação financeira	4.908	96.956
	5.377	96.961

A aplicação financeira de curto prazo no montante de R\$4.908 é composta basicamente por fundo de investimento de renda fixa, com um rendimento médio nos últimos 12 mês de 13,31%.

A composição da conta de aplicações financeiras é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Aplicação financeira	63.417	233.821
Circulante	-	90.000
Não Circulante	63.417	143.821
Total Não Circulante	63.417	143.821

As aplicações financeiras de longo prazo, no montante de R\$63.417 em 31 de dezembro de 2025 foram remuneradas a taxas que variam de 102% a 108% (102% em 2024) do CDI. Todas os valores classificados como aplicações financeiras estão vinculadas a condições estabelecidos na Escritura de Debêntures (ver nota explicativa nº 16). As aplicações classificadas no ativo não circulante serão liberadas nos termos do cronograma financeiro previsto no contrato de cessão fiduciária, após a avaliação do orçamento para o “Completion” do Projeto (conforme definido na Escritura de Debêntures) com previsão para liberação em junho de 2029.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Cartões de Pedágio	11.156	-
Cupons de Pedágio	699	-
(-) Clientes a Faturar	(1.037)	-
	<u>10.818</u>	<u>-</u>

Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio e cartões de débito e crédito. Não há contas a receber vencido, mas somente a vencer em 30 dias. A Administração não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2025.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF s/ aplicação financeira	5.178	1.162
Outros	2.276	-
	<u>7.454</u>	<u>1.162</u>

7. IMOBILIZADO

	31/12/2025			31/12/2024
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos		290	-	290
Máquinas e Equipamentos	10%	827	(17)	810
Móveis e utensílios	10%	128	(9)	119
Computadores	20%	368	(74)	295
Veículos	5%	124	(23)	101
		<u>1.738</u>	<u>(122)</u>	<u>1.615</u>
				<u>260</u>

Movimentação do Imobilizado:

	31/12/2024	Adições	31/12/2025
<u>Custo</u>			
Terrenos	-	290	290
Máquinas e Equipamentos	2	825	827
Móveis e Utensílios	30	98	128
Computadores	239	129	368
Veículos	-	124	124
	<u>271</u>	<u>1.467</u>	<u>1.738</u>

Depreciação

Máquinas e Equipamentos	-	(17)	(17)
Móveis e Utensílios	(1)	(8)	(9)
Computadores	(11)	(63)	(74)
Veículos	-	(23)	(23)
	<u>(11)</u>	<u>(111)</u>	<u>(122)</u>

<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2024</u>
-------------------	----------------	-------------------

Custo

Máquinas e Equipamentos	-	2	2
Móveis e Utensílios	-	29	29
Computadores	-	239	239
	<u>-</u>	<u>271</u>	<u>271</u>

Depreciação

Móveis e Utensílios	-	(1)	(1)
Computadores	-	(10)	(10)
	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>(11)</u>

7.1. Teste de recuperabilidade (“Impairment”)

Em atendimento às disposições das normas contábeis vigentes, especialmente o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia avaliou, na data-base de 31 de dezembro de 2025, a recuperabilidade (de seus ativos não financeiros, em especial o ativo intangível representativo do direito de exploração da concessão.

Para fins de teste de recuperabilidade, a Companhia definiu como Unidade Geradora de Caixa (UGC) o conjunto integrado de ativos relacionados à concessão rodoviária da Rota do Pará, uma vez que:

- Os fluxos de caixa são gerados de forma conjunta e interdependente;
- Não é possível identificar entradas de caixa independentes por ativo individual;
- A concessão constitui um único contrato econômico-financeiro.

Na data-base, a Administração avaliou a existência de indicadores internos e externos de “impairment”, nos termos do CPC 01. Com base nas melhores estimativas disponíveis na data da avaliação, a Companhia concluiu que o valor recuperável do ativo gerador de caixa é superior ao seu valor contábil em 31 de dezembro de 2025, não sendo necessária a constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável “impairment”.

A Administração revisará periodicamente as premissas utilizadas no teste de “impairment”, especialmente diante de mudanças relevantes no ambiente econômico, operacional ou regulatório que possam impactar a recuperabilidade dos ativos.

8. INTANGÍVEL

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Direito da concessão		
Infraestrutura em desenvolvimento	90.257	77.860
Outorga	9.953	10.216
Infraestrutura construída	345.615	75.411
Adiantamentos a fornecedores de obra	10.654	-
Software	1.009	70
	<u>457.488</u>	<u>172.251</u>

	31/12/2024 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2025
Direito da concessão						
Infraestrutura em desenvolvimento	77.353	306.351	-	(292.465)	(982)	90.257
Outorga	10.216	-	-	-	(263)	9.953
Infraestrutura construída	75.411	-	(17.537)	292.473	(4.733)	345.615
Adiantamentos a fornecedores de obra	9.199	1.455	-	-	-	10.654
Software	70	965	-	-	(25)	1.009
	<u>172.251</u>	<u>308.771</u>	<u>(17.537)</u>	<u>7</u>	<u>(6.003)</u>	<u>457.488</u>

- (a) A maior parte refere-se a gastos incorridos na infraestrutura da concessão, além de juros capitalizados no montante de R\$64.903 e receita financeira de no montante R\$28.089 relativo as aplicações financeiras vinculadas às debêntures captadas e ainda não utilizadas.

	31/12/2023 (Reapresentado)	Adições	Amortização	31/12/2024 (Reapresentado)
Direito da concessão				
Infraestrutura em desenvolvimento	158	77.196	-	77.353
Outorga	10.447	-	(231)	10.216
Infraestrutura construída	70.581	4.830	-	75.411
Adiantamentos a fornecedores de obra	-	9.199	-	9.199
Software	-	70	-	70
	<u>81.186</u>	<u>91.294</u>	<u>(231)</u>	<u>172.251</u>

8.1. Infraestrutura em desenvolvimento

Refere-se aos investimentos realizados pelo concessionário durante a fase de construção ou desenvolvimento do ativo objeto da concessão. Esse ativo é reconhecido quando o concessionário executa obras ou melhorias que aumentam o potencial de serviços do bem. O valor é mensurado pelo custo incorrido, incluindo despesas diretas e indiretas relacionadas ao desenvolvimento do projeto. Após a conclusão, o ativo é reclassificado para a categoria de Direito e exploração de infraestrutura de rodovia. Esse ativo possui características de ativo de contrato, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis.

8.2. Outorga

Representa o direito concedido ao concessionário para explorar o serviço público ou utilizar o ativo da concessão. Esse direito é reconhecido como um ativo intangível e mensurado pelo valor pago para obtenção da outorga ou pelo valor justo, caso tenha sido adquirido por meio de troca não monetária. A amortização ocorre ao longo do prazo do contrato de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos esperados.

8.3. Infraestrutura construída

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a SETRAN - Secretaria de Estado de Transportes do Pará, a ARCON-PA – Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários. Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com a orientação técnica OCPC 05 – item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

8.4. Adiantamentos a fornecedores de obra

Adiantamento a prestadores de serviços refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Após a conclusão, o ativo é reclassificado para a categoria de Direito e Exploração de Infraestrutura de Rodovia.

8.5. Software

Refere-se aos sistemas de software adquiridos ou desenvolvidos para suportar a operação e gestão da concessão. Esses ativos são amortizados de forma linear ao longo da sua vida útil, que pode ser determinada pela duração do contrato ou pelo período de utilização do software. O reconhecimento e a mensuração seguem as normas contábeis aplicáveis a ativos intangíveis, considerando os custos de aquisição ou desenvolvimento.

8.6. Amortização

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos dos serviços prestados, considerando o prazo de concessão através do método linear. Considerando que a vida útil econômica dos ativos intangíveis de concessão está limitada ao prazo contratual, a Companhia utiliza como base de amortização o prazo remanescente da concessão, de 30 (trinta) anos, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, o qual corresponde à sua vida útil econômica. Dessa forma, a taxa de amortização anual é determinada com base no prazo contratual da concessão, sendo revisada sempre que houver alterações relevantes nos termos contratuais ou nas estimativas que impactem a vida útil econômica do ativo.

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	17.644	5.324
	<u>17.644</u>	<u>5.324</u>

A conta de fornecedores é composta por obrigações decorrentes da aquisição a prazo de insumos, serviços, imobilizado e outros gastos.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CSLL	-	-
IRRF	55	55
CRF	89	38
PIS	110	21
COFINS	518	130
INSS retido fonte	1.191	-
ISS	2.779	530
	<u>4.742</u>	<u>774</u>

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salário a pagar	1.066	257
INSS	463	18
FGTS	113	24
IRRF s obre/folha	91	-
Provisão Férias, 13º salário e encargos	956	43
	<u>2.688</u>	<u>342</u>

12. OUTORGA DA CONCESSÃO A PAGAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outorga variável	2.373	-
	<u>2.373</u>	<u>-</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Conciliação da outorga variável</u>		
Faturamento bruto acumulado no exercício (vide nota 19)	59.334	-
Percentual conforme contrato de concessão (vide nota 1)	4%	-
	<u>2.373</u>	<u>-</u>

13. PROVISÃO PARA INVESTIMENTO E MANUTENÇÃO

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 19,02% a.a. em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Provisão para investimento na rodovia	51.774	64.481
Provisão para manutenção na rodovia	404	-
	<u>52.178</u>	<u>64.481</u>

14. DEBÊNTURES

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Juros	44.431	8.012
Principal	400.000	400.000
	<u>444.431</u>	<u>400.000</u>

Movimentação Debêntures

	31/12/2024 (Reapresentado)	Juros Provisionados	Amortização de Juros	Transferências	Não circulante reclassificação Circulante	31/12/2025
Circulante	8.012	-	-	36.419	400.000	444.431
Não circulante	400.000	56.891	(20.472)	(36.419)	(400.000)	-
	<u>408.012</u>	<u>56.891</u>	<u>(20.472)</u>	<u>-</u>	<u>(*)</u>	<u>444.431</u>

(*) Vide notas (a); (b); (c) e (d) a seguir

	31/12/2023 (Reapresentado)	Captação	Juros Provisionados	31/12/2024 (Reapresentado)
Curto prazo	-	-	8.012	8.012
Longo prazo	-	400.000	-	400.000
	<u>-</u>	<u>400.000</u>	<u>8.012</u>	<u>408.012</u>

(a) Informações gerais sobre a emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de setembro de 2024, os acionistas aprovaram a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública restrito para investidores profissionais, no valor total de R\$400.000, mediante a emissão de 400.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000 na data de emissão, prazo de 124 meses e vencimento final em 15 de dezembro de 2034. A totalidade das debêntures encontra-se detida por um único debenturista, atuando a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

As debêntures são incentivadas, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, tendo o Projeto sido enquadrado como prioritário pela Portaria nº 700/2024 da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.

(b) Remuneração, amortização e aditamentos

O Valor Nominal Unitário das debêntures, ou seu saldo, é atualizado monetariamente pela variação do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), sobre o qual incidem juros remuneratórios de 8,7235% ao ano (base 252 dias úteis). Os juros remuneratórios são devidos semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, com vencimentos iniciados em 15 de dezembro de 2024.

A Escritura de Emissão foi objeto de cinco aditamentos, celebrados entre setembro de 2024 e fevereiro de 2026 (ver nota 26). Ao longo desse período, mediante deliberações em Assembleias Gerais de Debenturistas, juros remuneratórios devidos em determinadas datas de pagamento foram incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado, com o pagamento de prêmios de “waiver” ao debenturista. Pelo 5º Aditamento, celebrado em 12 de fevereiro de 2026, o serviço da dívida foi reperfilado: (i) a amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado - originalmente devida em 12 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2029 - passou a ser devida em 13 parcelas semestrais, sendo a primeira, de 1,50% do Valor Nominal Unitário Atualizado, em 15 de junho de 2027, e a última em 15 de dezembro de 2034; e (ii) os juros remuneratórios devidos em 15 de dezembro de 2026 serão incorporados ao principal, mediante prêmio de 0,50% (nota explicativa nº 20). Dessa forma, no período de 12 meses contados de 31 de dezembro de 2025, o serviço da dívida em caixa restringe-se aos juros devidos em 15 de junho de 2026 (nota explicativa nº 1.2).

(c) Garantias

As obrigações decorrentes da Escritura de Emissão contam com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão e das contas vinculadas ao projeto, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia detidas pelos acionistas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (iii) fianças prestadas por Conata Engenharia, Infracon Engenharia e Comércio, OCC Construções e Participações e Vetor Participações e Concessões, na qualidade de fiadoras pessoas jurídicas, e por fiadores pessoas físicas.

(d) Cláusulas de vencimento antecipado (“Covenants”)

As debêntures estão sujeitas a vencimento antecipado mediante a ocorrência de eventos específicos, detalhados em contratos, abaixo apresentamos os principais “covenants” financeiros e não financeiros.

- “Covenants” financeiro (Cláusula 6.1.2 “u”): até a primeira apuração do índice de cobertura do serviço da dívida, não manutenção, pela Emissora, da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, conforme verificado anualmente, igual ou inferior a (i) 2,5x (dois inteiros e cinquenta centésimos) conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou revisadas por Auditor Independente registrado na CVM referentes ao exercício social encerrado em 2025; e (ii) 2,0x (dois inteiros), conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou revisadas por Auditor Independente registrado na CVM referentes aos exercícios sociais subsequentes.
- “Covenant” financeiro (Cláusula 6.1.2 “t”): não atingimento, pela Companhia, do índice de cobertura da dívida, medido numa base anual, igual ou superior a 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), a primeira apuração ocorrerá, após o término do período de carência de amortização, com base nas demonstrações financeiras de 2029.

- “Covenant” não financeiros (Cláusula 6.1.2 “ss”): caso os custos de obra e despesas de investimento e capital do Projeto superem o valor projetado em montante superior a 5% (cinco por cento) em comparação ao cronograma físico-financeiro previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme apresentado para satisfação das condições precedentes para primeira Data de Integralização das debêntures, exceto se for realizado aporte adicional de capital pela(s) acionista(s) da Companhia, na forma de subscrição e integralização de novas ações da Emissora, em moeda corrente, em montante no mínimo equivalente ao sobrecusto apurado, em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do relatório do Engenheiro Independente em que o sobrecusto foi identificado e aferido.

(e) Descumprimento de “covenant” e classificação no passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia descumpriu a seguinte cláusula contratuais de vencimento antecipado não-automático das Debêntures:

- “Covenant” financeiro constante na cláusula 6.1.2, item “u” uma vez que o EBITDA Ajustado do exercício de 2025 foi negativo (vide nota explicativa nº 1.2);

Nos termos do item 74 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, quando há, na data do balanço, descumprimento de cláusula contratual que torne o passivo exigível e o “waiver” não é obtido até essa data, a obrigação é classificada no passivo circulante, ainda que o “waiver” venha a ser obtido posteriormente.

Dessa forma, o saldo integral das debêntures - R\$444.431 em 31 de dezembro de 2025 - foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante, uma vez que, até a data de autorização destas demonstrações financeiras, o “waiver” permanecia em negociação com o debenturista, sem formalização. O descumprimento constitui hipótese de vencimento antecipado não automático, dependente de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas; nenhuma AGD foi convocada com essa finalidade e nenhuma notificação de vencimento antecipado foi emitida ou recebida pela Companhia ou pelo Agente Fiduciário (notas explicativas nº 1.2 e 26).

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - CONSÓRCIO CONSTRUTOR

A Companhia, na qualidade de concessionária responsável pela administração, operação e manutenção da infraestrutura rodoviária sob o Contrato de Concessão, mantém relacionamento contratual com o Consórcio Construtor, formado por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia econômico, caracterizando-o como parte relacionada, conforme definição do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

O referido consórcio foi constituído com a finalidade específica de executar serviços de manutenção rotineira, conservação, recuperação localizada e demais intervenções operacionais necessárias à adequada prestação dos serviços públicos concedidos.

a. Condições comerciais

As operações com o consórcio são realizadas com base em contratos específicos de prestação de serviços.

b. Transações ocorridas no período

Durante o exercício de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$25.277 mil pelo pagamento de serviços prestados realizados pelo Consórcio Construtor.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$54.543 (R\$30.001 em 31 de dezembro de 2024) divididos em 5.454.265.816 ações no valor nominal unitário de R\$0,01 (um centavo) cada uma, totalmente subscrito e integralizado.

Acionistas	Qtde. de ações	Participação
OCI Investimentos Ltda.	1.363.566.454	25%
Conata Engenharia S.A.	1.363.566.454	25%
Infracon Engenharia e Comércio Ltda.	1.363.566.454	25%
Vetor Participações e Concessões Ltda.	1.363.566.454	25%
Total de ações	5.454.265.816	100%

b) Prejuízo por ação

Resultado por ação	Básico e diluído	
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia (em milhares de R\$)	(5.151)	(29.388)
Média ponderada de ações totais em circulação (milhares)	4.167.107	3.000.111
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	(0,0012)	(0,0098)

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, acima estão reconciliados o lucro e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. Para o período apresentado não houve instrumentos financeiros com efeitos diluidores; por isso, o lucro básico e diluído por ação possui o mesmo valor.

c) Aumento de capital

Em 4 de junho de 2025 conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R\$10.200 mediante emissão de 1.020.000.000 (um bilhão e vinte milhões) ações ordinárias com valor nominal de R\$0,01 (um centavo) por ação. Posteriormente, em 12 de junho de 2025 em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R\$5.341 mediante emissão de 534.154.676 (quinhentas e trinta e quatro milhões, cento e cinquenta quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações ordinárias com valor nominal de R\$0,01 (um centavo) por ação. Em 30 de julho de 2025, em Assembleia Geral, os acionistas da Companhia aprovaram um novo aumento de capital em R\$5.000 mediante a emissão de 500.000.000 (quinhentas milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, preço de emissão de R\$0,01 (um centavo) por ação. Totalizando um aumento de capital no período de seis meses de R\$20.542. Em 31 de outubro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram novo aumento de capital em R\$4.000 mediante a emissão de 400.000.000 (quatrocentas milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, preço de emissão de R\$0,01 (um centavo) por ação, passando o capital social para R\$54.543 mil, dividido em 5.454.265.816 (cinco bilhões, quatrocentas e cinquenta e quatro milhões, duzentas e sessenta e cinco mil, oitocentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

d) Distribuição de dividendos

A Escritura de Debêntures condiciona a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio somente após o "Completion" do Projeto (conforme definido na Escritura de Debênture) e após o cumprimento de determinadas condições financeiras e não financeiras definidas na Escritura de Debêntures.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

a. Receita líquida operacional

A Companhia é concessionária de serviço público para exploração, operação, manutenção, ampliação e melhoria da rodovia objeto do contrato de concessão firmado com o Poder Concedente.

Com a entrada em operação da rodovia, a Companhia passou a auferir receitas oriundas pela cobrança de pedágios, no período, representada por:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de pedágio	58.297	-
(-) Impostos sobre serviços	(5.133)	-
(-) Outorga variável (vide nota 12)	(2.373)	-
	<u>50.791</u>	<u>-</u>

b. Receita de construção

A receita de construção de prestação de serviços é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Em 31 de dezembro de 2025, o montante referente a receita de construção foi de R\$303.446 (R\$77.701 em 31 de dezembro de 2024, saldo reapresentado).

18. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

a. Custo operacional

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
		(Reapresentado)
Pessoal	(7.836)	-
Material de consumo	(4.119)	-
Serviços de Terceiros	(5.313)	-
Amortização e depreciação	(5.358)	(757)
Materiais	(4.494)	-
	<u>(27.120)</u>	<u>(757)</u>

b. Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$303.446 (R\$77.701 em 31 de dezembro de 2024, saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2024) como custo de construção.

19. DESPESAS GERAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços de consultoria e outros serviços prestados	(8.516)	(3.961)
Material de consumo	(122)	(78)
Despesas com pessoal	(4.619)	(1.260)
Aluguéis imóveis e veículos	(3.547)	(494)
Seguros	(2.946)	(930)
Serviço de informática	(182)	(65)
Viagens e estadias	(1.061)	(593)
Combustível e lubrificante	(1.054)	(124)
Despesas com provisões	(834)	-
Impostos, taxas e contribuições	(2.654)	(200)
Outras despesas Gerais	(5.119)	(212)
	<u>(30.653)</u>	<u>(7.915)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
		(Reapresentado)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	5.814	-
Rendimento de aplicação financeira	-	3.288
Total receita financeira	<u>5.814</u>	<u>3.288</u>
Perda com instrumentos financeiros derivativos	-	(23.072)
Despesas bancárias	(67)	-
Juros e multas	(304)	-
Outras despesas bancárias	<u>(3.842)</u>	<u>(700)</u>
Total despesa financeira	<u>(4.212)</u>	<u>(23.772)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.601)</u>	<u>20.484</u>

21. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos e da Administração, foram constituídas provisões para os processos classificados com risco de perda provável, quando aplicável.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui R\$430 em contingências classificadas com risco de perda provável, foram constituídas provisões, conforme previsto no CPC 25.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prováveis	(430)	-
Possíveis	(971)	-

22. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Companhia considera como pessoas chave da Administração os membros da Diretoria executiva que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração dos executivos da Companhia apresenta-se como a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Diretoria Executiva	1.301	-

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo contábil antes dos impostos	(5.381)	(29.388)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda	1.830	9.992
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Adições permanentes — despesas indedutíveis	(984)	-
Ativo fiscal diferido não constituído	(617)	(9.992)
Total	<u>229</u>	<u>-</u>
Total do imposto - corrente	(1.360)	-
Total do imposto - diferido	1.589	-
Total de despesa no resultado	<u>229</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	(12,5%)	0%

imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Diferenças temporárias - ativas:		
Juros provisionados	-	-
Saldo de juros a pagar capitalizado (*)	15.107	-
Rendimento de aplicação financeira capitalizada	9.550	-
Provisão para manutenção e conservação	137	-
Prejuízo fiscal e base negative	-	-
Provisão para contingências	-	-
Total das diferenças temporárias ativas	<u>24.707</u>	<u>-</u>
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	(1.051)	-
Saldo de juros capitalizados (*)	(22.067)	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	<u>(23.118)</u>	<u>-</u>
Saldo líquido de imposto de renda e contribuição social diferida	<u>1.589</u>	<u>-</u>

- (*) A Companhia adota o procedimento de deduzir fiscalmente os juros quando do seu pagamento. Desta forma os juros provisionados e capitalizados (saldo constituído até 31 de dezembro de 2025) geram diferidos ativos e passivos, conforme requerido pelo CPC 32/IAS 12 considerando que representa uma transação advinda de reconhecimento de ativos e passivos que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares no reconhecimento inicial.

24. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Gestão de capital

A Companhia encontra-se em operação com contrato de longo prazo firmado.

A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, dentre eles, o principal aplicado é o monitoramento do endividamento, apurado através da divisão de dívida líquida pelo LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

A Companhia gerencia seu capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios da Companhia de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital.

A dívida é definida pela Companhia como debêntures de longo e curto prazo conforme divulgado na nota explicativa nº 14. A dívida líquida é definida após deduzir caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

O patrimônio líquido inclui capital social, reservas e lucros acumulados, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Companhia não está sujeita a nenhuma exigência externa sobre o capital.

Coeficiente de alavancagem

O coeficiente de alavancagem no final do período é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Dívida	444.431	408.012
Saldo de caixa e equivalente e aplicações financeiras	(68.794)	(330.782)
Dívida líquida	375.638	69.218
Patrimônio líquido	19.090	(301)
Relação dívida líquida/patrimônio líquido	19,68	256,57

b) Gestão de riscos climáticos e da natureza

Eventos climáticos extremos podem impactar a infraestrutura rodoviária, gerando riscos operacionais e financeiros. A gestão desses riscos visa reduzir os impactos negativos por meio de estratégias preventivas e medidas corretivas, tais como: contratação de seguros patrimoniais e operacionais para mitigar impactos financeiros e investimento em tecnologia para monitoramento de infraestrutura viária, visando reduzir o impacto de fenômenos naturais na operação.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros com derivativos embutidos.

Para a apuração do valor justo, foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Descrição	Banco	Vencimento	Valor de referência nacional (R\$)	Taxa		Saldo		Efeito acumulado até	
				Ativa	Passiva	Ativo	Passivo	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
“Swap” indexador	Itaú	15/06/2026	401.353	IPCA + 8,72%	CDI -1,30%	419.152	426.557	6.484	23.072
Valor líquido a pagar								6.484	23.072
Passivo:									
Circulante								6.484	23.072
Total								6.484	23.072

Esses instrumentos financeiros foram mensurados a valor justo por meio do resultado.

d) Categoria de instrumentos financeiros

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
<u>Ativos financeiros</u>		
Custo amortizado:		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	5.377	96.961
Aplicações financeiras	-	90.000
Não circulante		
Aplicações financeiras	63.417	143.821
<u>Passivos financeiros</u>		
Custo amortizado:		
Fornecedores	17.644	5.324
Debêntures	444.431	408.012
Valor justo por meio do resultado:		
Instrumentos financeiros derivativos	6.484	23.072

Valor justo

A Administração entende que os saldos de balanço de seus empréstimos e financiamentos se aproximam dos seus valores justos, principalmente por se tratarem, em sua maioria, de modalidades de créditos específicas para o setor de atuação da Companhia. A Administração entende ainda que os demais instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras e fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

A Administração da Companhia é responsável pela gestão, garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

d) Gerenciamento de riscos financeiros

I) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado e pode ser segregado em: risco de taxa de juros e risco cambial.

II) Risco de taxa de juros

A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras e derivativos sujeitas a taxas de juros variáveis, as quais, atualmente, estão indexadas, substancialmente, à CDI.

III) Risco cambial

A Companhia não mantém operação no mercado externo portanto não está exposta a mudanças de cotação de moeda estrangeira.

IV) Risco de liquidez

A Companhia monitora constantemente o risco de insuficiência de recursos, gerenciando seu capital por meio de um processo contínuo de planejamento de liquidez. Esse acompanhamento garante a disponibilidade de recursos financeiros necessários para cumprir suas obrigações, especialmente aquelas relacionadas aos financiamentos contratados com instituições financeiras. Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1.2 e 14 às demonstrações financeiras, a qual indica que em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atendeu determinadas cláusulas de vencimento antecipado não automático constante na escritura de debêntures, desta forma a Companhia reclassificou toda a dívida para o passivo circulante. Em consequência substancialmente desta reclassificação o capital circulante líquido está apresentado negativo em R\$452.467 mil (positivo de R\$152.288 mil em 31 de dezembro de 2024) além da Companhia também ter apresentado geração de caixa operacional negativo de R\$23.160 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$5.438 mil em 31 de dezembro de 2024). A Companhia está monitorando essa situação financeira.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Transferência de adiantamento de fornecedores para intangível	9.199	-
Juros capitalizados	56.891	8.012
Receitas financeiras capitalizadas	(28.089)	(7.761)
Reversão (constituição) da provisão para investimentos	17.536	(4.830)

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração avaliou os eventos ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e 31 de julho de 2026, data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, tendo identificado os eventos a seguir, os quais não requerem ajustes aos saldos em 31 de dezembro de 2025:

- (a) Em 12 de fevereiro de 2026 foi assinado o 5º aditamento da escritura de debêntures detalhada na nota 14. Nesse aditamento o serviço da dívida foi reperfilado: (i) a amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado - originalmente devida em 12 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2029 - passou a ser devida em 13 parcelas semestrais, sendo a primeira, de 1,50% do Valor Nominal Unitário Atualizado, em 15 de junho de 2027, e a última em 15 de dezembro de 2034; e (ii) os juros remuneratórios devidos em 15 de dezembro de 2026 serão incorporados ao principal, mediante prêmio de 0,50% (nota explicativa nº 20). Dessa forma, no período de 12 meses contados de 31 de março de 2026, o serviço da dívida em caixa restringe-se aos juros devidos em 15 de junho de 2026 (nota explicativa nº 1.2).
- (b) A partir de 18 de março de 2026, a cobrança de pedágio nas Praças 1 a 5 foi suspensa por determinação do Poder Concedente (Ofício nº 208/2026 – GAB/SEINFRA), com retomada progressiva ao longo do segundo trimestre e restabelecimento integral em 28 de junho de 2026 (Ofício nº 473/2026 – GAB/SEINFRA), configurando hipótese adicional de vencimento antecipado não automático (Cláusula 6.1.2, item “jj”), cuja deliberação, suspensa na AGD de 19 de maio de 2026, permanece pendente de conclusão formal.

- (c) Em 19 de maio de 2026, a AGD convocada para deliberar sobre a hipótese de vencimento antecipado não automático decorrente da suspensão das praças (Cláusula 6.1.2, item "jj", da Escritura de Emissão) suspendeu a deliberação, que permanecia pendente de conclusão formal até a data de autorização destas demonstrações financeiras. Nessa mesma AGD de 19 de maio de 2026 foi deliberado “waiver” para prorrogar a entrega das demonstrações financeiras anuais dos fiadores (e acionistas da Companhia) até 15 de junho de 2026, entretanto até o presente momento ainda não foi entregue a totalidade dessas demonstrações financeiras. Em 23 de junho de 2026, a AGD aprovou, sem restrições, o “waiver” da obrigação acessória de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias relativas ao 1º trimestre findo em 31 de março de 2026 e a prorrogação do respectivo prazo para 15 de julho de 2026, bem como o desbloqueio das transferências da Conta Reserva. O “waiver” relativo ao “covenant” financeiro apurado em 31 de dezembro de 2025 permanece em negociação com o debenturista, sem formalização, até a data de autorização (Nota 1 – Contexto operacional).
- (d) Aportes de acionistas. Ao longo do primeiro e segundo trimestres de 2026, os acionistas realizaram aportes no montante de R\$15.425, no âmbito do Instrumento Particular de Compromisso de Aporte e Outras Avenças (ESA).
- (e) Liquidação do instrumento financeiro derivativo. Em 15 de junho de 2026, na data de seu vencimento contratual, foi liquidado o swap de indexadores (IPCA x CDI) descrito na nota explicativa nº 24(c), mediante desembolso de R\$4.230, sem efeitos sobre os saldos em 31 de dezembro de 2025.

Não ocorreram outros eventos subsequentes relevantes entre a data-base e a data de autorização destas demonstrações financeiras que requeressem ajuste ou divulgação adicional.
